

ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES DE SATISFAÇÃO ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Régis Marcelo Trentim¹

Adriano Toledo Pereira²

RESUMO

Com base na análise de resultados, o presente estudo teve como propósito, elaborar indicadores de satisfação econômica, social e ambiental de São José dos Pinhais - PR, retratados por moradores e trabalhadores do município, por meio de uma avaliação de serviços e políticas públicas, evidenciando aos responsáveis pela administração pública os principais pontos a serem melhorados para a sociedade, sem colocar em risco às gerações futuras. Para a obtenção dos dados, a técnica utilizada no estudo teve aplicação de questionário dividido em três etapas “perfil do respondente, indicadores e percepção”, mediante pesquisa eletrônica, disseminada pelas redes sociais, em uma amostra de 753 respondentes, segmentada por idade, sexo e renda. Os dados explicitaram uma maior insatisfação entre os respondentes de baixa renda, não apresentando diferenças significativas para idade e sexo. Diante do exposto, recomendou-se a continuidade deste estudo, para o aprofundamento no assunto ou até mesmo para à expansão a outros municípios da região metropolitana.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Indicadores. Sustentabilidade.

¹ Aluno do 5º período do curso de Ciências Contábeis da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2018- 2019). *E-mail:* regis.marcelo@mail.fae.edu

² Mestre em Administração pela Universidade Positivo. Professor dos cursos de Graduação e Tecnólogos da FAE Centro Universitário. *E-mail:* adriano.pereira@fae.edu

INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras crescem, em sua maioria, sem limites, sem planejamento, sem controle e com debilidades para a implementação de melhorias. Desde 2007, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas. O intenso êxodo rural ocorrido no Paraná, nas décadas de 1970 e 1980, em busca de melhores condições de emprego e acesso aos serviços públicos, como saúde e educação, inchou a capital e sua região metropolitana. Esse crescimento desordenado desencadeou problemas ambientais, sociais e econômicos.

A sustentabilidade, palavra virtuosa, que gera valores, está presente nas campanhas publicitárias, nos slogans políticos, nas logomarcas de empresas e repetidos em discursos de políticos e empresários. Contudo ações importantes são necessárias pelas empresas e pelo setor público como respostas aos desafios sociais, econômicos e ambientais.

A sustentabilidade não pode ser apenas a visão do uso correto dos recursos ambientais, mas também a sustentabilidade econômica, voltada à geração de emprego e renda, redução dos níveis de pobreza, dos índices de violência e democratização da informação. Ou seja, há a necessidade que o termo sustentabilidade seja ampliado e trabalho a qualificar a sociedade.

O desenvolvimento sustentável, com ações que melhorem o presente da sociedade, sem colocar em risco às gerações futuras, deve ser assunto constante dentro das instituições de ensino. A necessidade das instituições de ensino superior tratar o tema sustentabilidade deverá resultar, num futuro próximo, não apenas em artigos ou publicações, mas também ações como extensão acadêmica, com práticas voltadas ao público externo visando a melhoria da qualidade de vida da população em seu entorno.

Assim surge a necessidade desse projeto de pesquisa, o qual trará o levantamento de indicadores de qualidade de vida e, numa evolução, trazer sugestões de melhoria, aos responsáveis pela administração pública de São José dos Pinhais.

Para contextualizar e adicionar informações que possam embasar a pesquisa de forma a atingir o objetivo geral que se trata da elaboração de um índice de satisfação econômica, social e ambiental de São José dos Pinhais, enumeram-se os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a situação econômica, social e ambiental do município;
- Analisar a influência da situação macroeconômica;
- Identificar a média dos fatores ambientais, sociais, econômicos e políticos;
- Analisar os indicadores, por dimensão do desenvolvimento sustentável.

1 REVISÃO DA LITERATURA

Mediante estudos voltados as mudanças climáticas, a Organização das Nações Unidas iniciou os estudos sobre o desenvolvimento sustentável, como consequência a uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental. Os estudos resultaram na elaboração do relatório de Brundtland que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum”, o relatório foi apresentado na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD).

O desenvolvimento sustentável deve ser consequência do desenvolvimento ambiental, econômico e social, e é importante ressaltar que ao descrever sustentabilidade, também está se debatendo o que é sustentabilidade.

1.1 SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade se caracteriza como um conjunto de conhecimentos e habilidades interdisciplinares que definem para uma perspectiva na relação homem e meio ambiente, que está comportando as diretrizes produtivas e econômicas, exercidas mediante desenvolvimento sustentável, definido como aquele que assegura às necessidades atuais sem afetar a capacidade de satisfazerem as necessidades das gerações futuras (CMMAD, 1988, p.46).

Para Boff (2016), sustentabilidade é uma maneira de ser e de viver que requer equiparar os hábitos humanos às potencialidades e escassez de cada bioma, além dos anseios relacionados às próximas gerações.

De acordo com Jacobi (1997), a definição de sustentabilidade resulta, portanto, uma interdependência de igualdade social, bem-estar, equilíbrio ambiental e a interrupção com o atual modelo de desenvolvimento.

Entretanto, a visão de sustentabilidade não pode ser simplista e aprofundar-se somente ao desenvolvimento, como é preponderante na atualidade. Deve-se estender a todas as vertentes da sociedade, tanto quanto na população, bem como na política e indústria (BOFF, 2016).

Por fim, o conceito de sustentabilidade está relacionado à capacidade, comportamentos e hábitos ecologicamente corretos e economicamente viáveis, dispendo da capacidade de incorporar as questões sociais, econômicas e ambientais.

1.1.1 Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade ambiental depende de políticas de desenvolvimento que não agridam o meio ambiente, sustentando o bem-estar e os ecossistemas em conformidade com os indivíduos.

De acordo com Sachs (1993), a sustentabilidade ambiental pode ser efetivada mediante intensificação do uso dos recursos potenciais, para soluções socialmente pertinentes. Na medida em que o desafio da humanidade consiste em reduzir os impactos ambientais, preservando o bem-estar do indivíduo sem esgotar os recursos naturais do planeta mediante atividades sociais voltadas para a exploração econômica e sua sobrevivência.

Ainda assim, é preciso consolidar padrões ambientais adequados, seja individual ou coletivo, voltados para utilização e aprimoramento de seu uso, como no cuidado necessário para não poluição da água, separação e destinação correta do lixo e a prevenção de desastres ecológicos, bem como a redução de degradação do ambiente, numa concepção propensa ao desenvolvimento sustentável.

Boff (2016) afirma que uma sociedade é sustentável se seus indivíduos forem socialmente participativos, conservarem uma prudência consciente em relação a conservação e reestruturação da natureza.

1.1.2 Sustentabilidade Econômica

A sustentabilidade econômica de um município demanda um conjunto de práticas econômicas, financeiras e administrativas que visem o desenvolvimento econômico do município, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações.

Segundo Tachizawa (2015), crescimento econômico é compreendido como o crescimento incessante do produto nacional de modo coletivo ao longo do tempo, ao mesmo tempo em que desenvolvimento econômico retrata o crescimento da produção nacional e a maneira como ocorre a distribuição de renda e como reduz as desigualdades sociais.

Nesse sentido, o crescimento econômico teria de permanecer diretamente vinculado às exigências socioambientais, rompendo-se com a lógica econômica da contenção dos lucros relacionada a uma sociabilização das perdas (LOBATO, ALMEIDA, 2005).

Por fim, a perspectiva econômica enfatiza o desenvolvimento da economia com o propósito de conceber melhor qualidade de vida às pessoas, ressaltando as

circunstâncias de que os recursos naturais são limitados e que sua utilização sem observância prescrita, ainda que possam gerar lucro, pode vir a comprometer o bem-estar das próximas gerações.

Entre algumas das ações capazes de serem consideradas economicamente sustentáveis, evidências para a utilização de energias renováveis e a verificação permanente para conter que empresas ou pessoas executem crimes ambientais.

1.1.3 Sustentabilidade Social

A sustentabilidade social demandará uma série de ações que aspiram melhorar a qualidade de vida da população. Estas ações devem reduzir as desigualdades sociais, ampliar os direitos e garantir acesso aos serviços básicos, que visam possibilitar às pessoas acesso pleno à cidadania.

A sustentabilidade social retrata o conjunto de providências para a redução das desigualdades sociais, violência e a ampliação da oferta do ensino público de qualidade, com a finalidade de ajudar integrantes da sociedade que confrontam com condições desfavoráveis.

Uma sociedade sustentável presume que os indivíduos tenham a manutenção dos direitos essenciais e que nenhuma pessoa subtraia bens e recursos naturais que sejam prejudiciais a outros. Isso representa aniquilar a pobreza e definir o padrão de desigualdade aceitável, delineando os limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais (NASCIMENTO, 2012).

Porém, é impraticável erradicar a pobreza e a exclusão social sem exercer uma investigação das desigualdades econômicas e sociais e a avaliação das conjunções apresentadas pressupõe a utilização de indicadores sociais. Entretanto, ao mensurar a sustentabilidade é necessária a utilização de indicadores que absorva a complexidade do desenvolvimento, sem reduzir a relevância de cada um dos elementos do sistema.

Neste contexto surge a perspectiva sobre análise da sustentabilidade em São José dos Pinhais, mensurar os resultados e prover informações qualitativas.

1.2 CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE SATISFAÇÃO

As ofertas de serviços públicos estão presentes nas mais diversas áreas, como saúde, educação, segurança, transporte, lazer, saneamento básico, e suas avaliações devem servir de subsídio para a melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.

A oferta de serviços públicos é fundamental à satisfação das pessoas, devendo ajustar-se sem a finalidade de lucro, em razão que os pagamentos feitos em formas de tributos destinam-se à manutenção e ao aperfeiçoamento dos serviços dirigidos à população (BRASIL, 1997).

Nesse sentido, o setor público oferece serviços que devem beneficiar toda a população, viabilizando qualidade e condições mais acessíveis, além disto, maior eficiência nas atuações direcionadas no sentido de melhoria das condições de satisfação da população.

Posto que uma das possibilidades de se perceber a qualidade dos serviços públicos é por intermédio da aplicação de pesquisa de satisfação. Por intermédio dessa, é provável avaliar se a população está satisfeita com os serviços prestados e identificar os impasses relevantes, em que conduzirá a estruturação de propostas de melhorias para as respectivas reivindicações.

Com base nos indicadores obtidos, os gestores dos órgãos municipais poderão ter acesso a dados que salientam quais pontos resultam maior insatisfação, dispondo a oportunidade de interceder no cenário apresentado, favorecendo nos processos decisórios e planejamentos futuros, favorecendo, desse modo, o progresso do município de São José dos Pinhais.

1.3 HÁBITOS DE CONSUMO SUSTENTÁVEL

Atitudes habituais são essenciais para a proteção dos recursos da natureza e ainda contribuem com a geração de empregos, ou se alteram os padrões de consumo ou não haverá recursos, naturais ou de qualquer outro tipo, seus efeitos podem ser significativamente reduzidos se práticas sustentáveis, de simples execução, como o consumo de água, energia e alimentos, forem adotados por todos os cidadãos, para garantir o direito das pessoas a uma vida saudável.

Da mesma forma, cada ocasião que o consumidor efetuar uma compra, recomenda-se levar em considerações assuntos ambientais e sociais em suas escolhas, buscando um equilíbrio entre satisfação pessoal e sustentabilidade. Além disso, o consumidor terá de priorizar as empresas empenhadas em oferecer produtos que respeitem os critérios de fabricação e consumo sustentável.

Antes de tudo, com o propósito de promover o consumo consciente, não somente a população, mas governos e órgãos internacionais igualmente têm papel fundamental na promoção das três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

No município de São José dos Pinhais um conjunto de ações vem sendo propostas com a finalidade de regulamentar os hábitos sustentáveis de consumo, seja por parte da sociedade civil organizada quanto dos poderes públicos.

A busca pela sustentabilidade exige uma nova postura dos governos, dos cidadãos e das empresas. O estímulo à implementação de hábitos de consumo sustentáveis previstos ocorre, principalmente, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de São José dos Pinhais – SJProspera, promulgado do projeto de Lei nº 3138/2018.

A medida busca alinhado com as tendências econômicas globais “elaborar e monitorar o planejamento estratégico, formular e fazer executar as políticas e projetos voltados ao desenvolvimento de um município” (SJProspera, 2018).

1.4 CRIAÇÃO DE INDICADORES ECONÔMICOS

A utilização dos indicadores representam a tradução da informação, democratizando o acesso às informações apresentadas por todos os empenhados, de maneira única e abrangente.

Entretanto, essas informações precisam externar credibilidade e para que isto ocorra, faz-se necessário observar a forma como são elaborados, mediante critérios estabelecidos, de modo a assegurar a disponibilidade dos dados e os resultados mais pertinentes no menor período executável.

De acordo com Fernandes (2004), os indicadores podem ter implicações positiva ou negativa. Os aspectos positivos estão relacionados com o incentivo e o prazer que os altos índices são capazes de gerar, além do sentimento de recompensa pelo esforço despendido. Por outro lado, existe a possibilidade de acomodações, visto que a possibilidade de alcançar um índice elevado é difícil, levando ao sentimento de que a eficiência possa representar uma utopia.

Logo a atribuição básica de um indicador é evidenciar, da forma mais simples possível, uma determinada situação que se deseja avaliar. A conclusão de um indicador é uma reprodução da opinião popular de um dado momento, e demonstra, sob uma base de medida, aquilo que está sendo executado, ou a expectativa em relação a algo a realizar.

1.5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

São José dos Pinhais é um município pertencente ao Estado do Paraná, concebido por intermédio da Lei nº 10 da então província de São Paulo, no dia 16 de julho de

1852. A lei determinava que a sede do município fosse chamada Villa de São José dos Pinhais. A organização política da cidade se deu com a instauração da Câmara dos Vereadores, em 8 de janeiro de 1853. Em 27 de dezembro de 1897, a vila foi elevada à condição de cidade.

O município detém uma economia em ascensão, e isso não ocorre por acaso, devido sua localização estratégica, destacando a existência do Aeroporto Internacional Afonso Pena, que serve a capital paranaense. Além disso, possui a infraestrutura e a mão de obra qualificada, que despertam o interesse de grandes empresas nacionais e multinacionais.

Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), a população urbana residente era de 236.895 e a população rural de 27.315, totalizando 264.210 habitantes, todavia 49,43% do sexo masculino e 50,57% do sexo feminino. O município dispõe de uma Densidade Demográfica 270,16 hab/km² e para o ano de 2018, apresenta uma população estimada em 317.476 habitantes.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta fase são expostos os procedimentos metodológicos, como também o tipo de pesquisa, população e critérios de eleição da amostra, instrumento e técnicas para coleta de dados.

2.1 TIPO DE PESQUISA

Visando ao cumprimento dos objetivos propostos e resultados esperados, optou-se por um estudo empírico do tipo exploratório, permeado de uma investigação de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo primária e secundária, além da análise de dados e resultados, de uma survey.

A pesquisa bibliográfica serviu de base para a compreensão do desenvolvimento da fundamentação teórico metodológica do estudo. Segundo Gil (2002, p.44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nela serão pesquisados os aspectos fundamentais da política, economia e sociologia.

A pesquisa survey (primária) coletou os fatores da satisfação pela sustentabilidade econômica, social e ambiental do município de São José dos Pinhais. A pesquisa em site, como IBGE (secundária), serviu para a análise histórica dos indicadores do município.

Os dados coletados foram analisados quantitativamente, buscando a elaboração do índice de satisfação da sustentabilidade.

2.2 POPULAÇÃO E CRITÉRIOS DE ELEIÇÃO DA AMOSTRA

De acordo com Mattar (2001, p.32), amostragem não probabilística é “aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador”.

Logo, a pesquisa de amostra não probabilística por conveniência foi realizada com os moradores do município de São José dos Pinhais - PR, atingindo uma amostra de 753 respondentes, sendo a amostragem uma etapa relevante no delineamento da pesquisa capaz de determinar a validade dos dados obtidos, posto que o propósito do estudo é a elaboração de um índice de sustentabilidade.

2.3 INSTRUMENTO E TÉCNICAS PARA COLETA DE DADOS

Diversas técnicas são adotadas para a coleta de dados na pesquisa, entretanto, o método utilizado no estudo foi de questionário dividido em três etapas “perfil do respondente, indicadores e percepção”, mediante pesquisa eletrônica, disseminada pelas redes sociais e e-mail, do compartilhamento do link da pesquisa.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados obtidos estão estruturados em três etapas, conforme descritas a seguir: 1 - Perfil do Respondente: Nesta parte busca-se informações sobre o sexo, idade, renda e escolaridade das pessoas, além de separar os respondentes entre moradores ou não de São José dos Pinhais. 2 - Indicadores: Nesta parte da pesquisa, a maior parte do questionário foi desenvolvida com questões sobre a satisfação da população sobre sustentabilidade ambiental, econômica, política e social, de escalas de mensuração métricas. Nesta parte, apenas moradores de São José dos Pinhais responderam. 3 - Percepção: Esta parte foi respondida apenas por pessoas que não moram em São José dos Pinhais. Foi mensurada quais as percepções das pessoas quanto à cidade e seus fatores de sustentabilidade.

Após a coleta, os dados quantitativos foram tabulados pelo software Sphinx IQ2, para uma análise estatística e interpretação dos resultados obtidos, com o propósito de elaborar o índice de satisfação econômica, social e ambiental.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise foi realizada com base em todos os respondentes da pesquisa. Primeiramente a amostra da pesquisa será caracterizada, depois serão apresentadas as análises relacionadas aos indicadores apresentados. Por fim, serão apresentadas as análises complementares deste estudo.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

As primeiras análises do estudo referem-se ao perfil dos respondentes. Observou-se que dos 753 respondentes, constatou-se a predominância do sexo feminino, sendo que o gênero masculino representou 40% do total e o gênero feminino representa 60% do total dos respondentes. Sendo 89,5% dos respondentes moradores de São José dos Pinhais - PR, contribuindo para a construção dos indicadores propostos e os demais moradores de Curitiba e região metropolitana, onde foram mensuradas as suas percepções quanto à cidade e seus fatores de sustentabilidade.

A faixa etária dos respondentes foi dividida em três faixas – menos que 20 anos, de 20 a 39 anos e acima de 40, com uma média de idade de 28 anos entre os respondentes. Já em relação ao nível de escolaridade dos respondentes, foi dividido em sete níveis – sem alfabetização 0,3%, ensino fundamental 9,3%, ensino médio / técnico 40,4%, ensino superior cursando ou incompleto 10,2%, ensino superior completo 17,4%, pós-graduação / especialização 19,8% e mestrado / doutorado 2,5%, sendo possível verificar que a maioria dos respondentes encontra-se cursando o Ensino Médio / Técnico, seguido dos que possuem Especialização e Ensino Superior.

Ao analisar o estado civil dos respondentes desta pesquisa, verifica-se uma predominância com os que se declararam solteiros. Enquanto os solteiros representam 50,4% do total pesquisado, os casados ou em união estável possuem representatividade equivalente a 32,7% dos respondentes. Aqueles que se dizem divorciado representam 4,7% do total, já aqueles que dizem estar em um relacionamento sério representou 10,6% do total e apenas 1,6% se dizem viúvo.

Quando se avalia a renda familiar dos respondentes, chega-se à conclusão que 34% estão inseridos entre R\$ 1.900,00 e R\$ 4.750,00, seguidos por quem possui renda de até dois salários mínimos com 26,3%.

De acordo com as informações obtidas, verifica-se uma amostra significativa e heterogênea da população, característica que assegura boas condições para a análise dos dados.

3.2 ÁREAS PESQUISADAS

A análise estatística e interpretação dos resultados ocorreram mediante valorização dos itens de escala de mensuração métrica, variando de 1 a 5, sendo 1 nada importante e 5 muito importante, em que se tratam de uma das formas mais confiáveis de mensurar opiniões, percepções e comportamentos de forma qualitativa, diante de informações estruturadas de forma quantitativa.

Nas análises dos resultados foram aplicados cálculos estatísticos para a determinação da média aritmética e do desvio padrão. A média segundo Pereira (2014) representa um valor de tendência central, o qual caracteriza uma amostra, pois as maiorias dos valores estarão próximos à média. O desvio padrão segundo Pereira (2014) é uma medida de dispersão, o qual determina o quão distante os valores estão da média. Quanto maior for o desvio padrão, maior será a amplitude entre o maior e o menor valor levantado no estudo.

Tabela 1 - Média dos Fatores de Avaliação.

	Média	Desvio Padrão
Ambiental	2,87	0,99
Social	2,80	0,93
Econômica	2,70	0,96
Política	2,20	0,93
Total	2,64	0,99

Alfa de Cronbach = 0,83

Fonte: Os autores (2019)

O coeficiente Alfa de Cronbach () foi utilizado como recurso, como forma de estimar a confiabilidade do questionário aplicado. Os valores de () mede a correlação entre as respostas em um questionário da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes, variando seus valores de 0 a 1, no qual, quanto mais próximo de 1, representa maior confiabilidade entre os indicadores.

A partir do resultado das médias, é possível determinar quais variáveis possuem um impacto maior. Assim sendo, à desagregação categórica (idade, sexo, renda) contribuiu com o aperfeiçoamento da avaliação do indicador, demonstrando a competência deste em agrupar a maior quantidade e qualidade de informações.

Ao estabelecer a relação da média dos fatores de avaliação com o sexo dos respondentes, verifica-se que a diferença entre os sexos está impactando somente na questão social (Cf. Tab. 2).

Tabela 2 - Média dos Fatores de Avaliação x Sexo dos Respondentes

	Feminino	Masculino	Total
Ambiental	2,81	2,96	2,87
Social	2,72	2,91	2,80
Econômica	2,63	2,80	2,70
Política	2,15	2,28	2,20
Total	2,58	2,74	2,64

Fonte: Os autores (2019)

Foram analisadas eventuais diferenças de média em relação à idade dos respondentes. Para o estudo, as idades dos respondentes foram organizadas em três grupos, sendo o primeiro grupo com aqueles com idade inferior a 20 anos, o segundo com idade entre 20 e 39 anos e o terceiro com 40 anos ou mais. Nas análises realizadas sobre as variáveis, foi possível identificar um comportamento de insatisfação com a política maior entre os mais jovens, além de uma diferença entre as médias impactando à questão ambiental e política (Cf. Tab. 3).

Tabela 3 - Média dos Fatores de Avaliação x Idade dos Respondentes

	Menos de 20	De 20 a 39	40 e mais	Total
Ambiental	2,62	3,08	3,03	2,87
Social	2,72	2,84	2,89	2,80
Econômica	2,47	2,81	2,97	2,70
Política	2,14	2,22	2,30	2,20
Total	2,49	2,74	2,80	2,64

Fonte: Os autores (2019)

O comportamento das médias em relação a renda dos respondentes, apontam que os respondentes de baixa renda apresentam maior insatisfação relacionada aos indicadores. Apesar do conceito maior de sustentabilidade dos respondentes de alta renda, as médias apresentam uma diferença significativa, impactando na média na questão ambiental, econômica e política (Cf. Tab. 4).

Tabela 4 - Média dos Fatores de Avaliação x Renda dos Respondentes

	Alta Renda	Baixa Renda	Total
Ambiental	3,15	2,78	2,87
Social	2,94	2,75	2,80
Econômica	2,93	2,62	2,70
Política	2,43	2,13	2,20
Total	2,86	2,57	2,64

Fonte: Os autores (2019)

A análise referente a área de educação, ao relacionar os fatores de avaliação com o nível de escolaridade dos respondentes, evidencia uma diferença entre as médias, impactando três dos indicadores, com destaque somente à questão política que não apresenta diferença entre as médias (Cf. Tab. 5).

Tabela 5 - Média dos Fatores de Avaliação x Escolaridade dos Respondentes

	Alta Escolaridade	Baixa Escolaridade	Total
Ambiental	3,07	2,69	2,87
Social	2,92	2,69	2,80
Econômica	2,86	2,56	2,70
Política	2,25	2,16	2,20
Total	2,77	2,53	2,64

Fonte: Os autores (2019)

3.3 MÉDIA DOS FATORES AMBIENTAIS

Podemos observar sobre os principais aspectos envolvidos na composição da média dos fatores ambientais, indicando o índice de maior satisfação entre os respondentes, com destaque para áreas verdes e urbanização que apresentam maior impacto na confecção do índice (Cf. Tab. 6).

Tabela 6 - Média dos Fatores Ambientais

	Média	Desvio Padrão
Áreas verdes	2,99	1,21
Urbanização	2,86	1,11
Destinação correta do lixo urbano	2,76	1,26
Limpeza das ruas e praças	2,74	1,25
Conservação do patrimônio	2,54	1,18
Incentivo a economia de energia elétrica	2,40	1,19
Rios que cruzam a cidade	2,34	1,21
Políticas públicas voltadas ao meio ambiente	2,08	1,12
Incentivo ao consumo consciente	2,06	1,12
Construção de ciclovias	1,96	1,14
Cuidados com animais de rua	1,64	1,01
Total	2,40	1,23
Alfa de Cronbach = 0,90		

Fonte: Os autores (2019)

Ao estabelecer a relação da média dos fatores ambientais com o sexo dos respondentes, verifica-se que não há diferenças entre os sexos impactando na confecção dos índices (Cf. Tab. 7).

Tabela 7 - Média dos Fatores Ambientais x Sexo dos Respondentes

	Feminino	Masculino	Média
Urbanização	2,84	2,89	2,86
Limpeza das ruas e praças	2,72	2,77	2,74
Rios que cruzam a cidade	2,31	2,39	2,34
Áreas verdes	2,96	3,04	2,99

Tabela 7 - Média dos Fatores Ambientais x Sexo dos Respondentes

conclusão

	Feminino	Masculino	Média
Conservação do patrimônio	2,53	2,57	2,54
Destinação correta do lixo urbano	2,73	2,81	2,76
Incentivo a economia de energia elétrica	2,41	2,39	2,40
Construção de ciclovias	1,98	1,94	1,96
Políticas públicas voltadas ao meio ambiente	2,05	2,13	2,08
Cuidados com os animais de rua	1,57	1,76	1,64
Incentivo ao consumo consciente	1,99	2,15	2,06
Total	2,37	2,44	2,40

Fonte: Os autores (2019)

Nas análises sobre as variáveis referentes aos três grupos de idade, foi possível identificar um comportamento de insatisfação maior com a limpeza de rua e praças entre os mais jovens, e uma insatisfação maior no grupo de 20 a 39 anos em relação ao incentivo à economia de energia elétrica e ao consumo consciente, além disso, demonstra uma maior satisfação entre o grupo de 40 anos e mais (Cf. Tab. 8).

Tabela 8 - Média dos Fatores Ambientais x Idade dos Respondentes

	Menos de 20	De 20 a 39	40 e mais	Média
Urbanização	2,84	2,94	2,78	2,86
Limpeza das ruas e praças	2,42	3,10	2,80	2,74
Rios que cruzam a cidade	2,23	2,50	2,32	2,34
Áreas verdes	2,95	3,00	3,07	2,99
Conservação do patrimônio	2,40	2,74	2,52	2,54
Destinação correta do lixo urbano	2,64	2,93	2,75	2,76
Incentivo a economia de energia elétrica	2,49	2,23	2,49	2,40
Construção de ciclovias	2,11	1,82	1,90	1,96
Políticas públicas voltadas ao meio ambiente	2,13	1,99	2,15	2,08
Cuidados com os animais de rua	1,55	1,75	1,66	1,64
Incentivo ao consumo consciente	2,16	1,91	2,09	2,06
Total	2,36	2,45	2,41	2,40

Fonte: Os autores (2019)

Ao analisar a média dos fatores ambientais em relação a renda dos respondentes, observa-se que os respondentes de baixa renda apresentam maior insatisfação relacionada aos indicadores. Apesar de uma maior satisfação entre os respondentes de alta renda, as médias apresentam uma diferença significativa em cinco dos itens que compõem o índice, impactando na média (Cf. Tab. 9).

Tabela 9 - Média dos Fatores Ambientais x Renda dos Respondentes

	Alta Renda	Baixa Renda	Média
Urbanização	3,11	2,78	2,86
Limpeza das ruas e praças	3,13	2,61	2,74
Rios que cruzam a cidade	2,60	2,27	2,34
Áreas verdes	3,03	2,98	2,99
Conservação do patrimônio	2,81	2,46	2,54
Destinação correta do lixo urbano	2,90	2,72	2,76
Incentivo a economia de energia elétrica	2,39	2,4	2,40
Construção de ciclovias	2,01	1,95	1,96
Políticas públicas voltadas ao meio ambiente	2,19	2,05	2,08
Cuidados com os animais de rua	1,92	1,56	1,64
Incentivo ao consumo consciente	2,18	2,02	2,06
Total	2,57	2,35	2,40

Fonte: Os autores (2019)

3.4 MÉDIA DOS FATORES SOCIAIS

Ao retratar o desenvolvimento dos indicadores sociais, podemos constatar quais são os principais itens abordados para a composição do índice, com destaque para o ensino fundamental e o acesso às escolas municipais e estaduais, apresentando maior impacto (Cf. Tab. 10).

Tabela 10 - Média dos Fatores Sociais

	Média	Desvio Padrão
Ensino Fundamental	3,07	1,28
Escolas Municipais	3,00	1,27
Escolas Estaduais	2,85	1,26
Urbanização	2,53	1,18
Lazer e Entretenimento	2,48	1,21
Trânsito da Cidade	2,40	1,24
Transporte Público	2,16	1,13
Segurança Pública	2,04	1,08
Internet	1,92	1,19
Tratamento aos Moradores de Rua	1,81	1,04
Upas	1,77	1,08
Total	2,37	1,26
Alfa de Cronbach = 0,88		

Fonte: Os autores (2019)

Ao relacionar os dados obtidos com o sexo dos respondentes, verifica-se uma maior satisfação entre os homens. (Cf. Tab. 11).

Tabela 11 - Média dos Fatores Sociais x Sexo dos Respondentes

	Feminino	Masculino	Média
Upas	1,68	1,91	1,77
Transporte Público	2,06	2,30	2,16
Trânsito da Cidade	2,36	2,47	2,40
Urbanização	2,46	2,62	2,53
Lazer e Entretenimento	2,45	2,54	2,48
Segurança Pública	1,94	2,19	2,04
Tratamento aos Moradores de Rua	1,72	1,95	1,81
Ensino Fundamental	3,04	3,13	3,07
Escolas Municipais	2,95	3,07	3,00
Escolas Estaduais	2,80	2,94	2,85
Internet	1,91	1,93	1,92
Total	2,30	2,46	2,37

Fonte: Os autores (2019)

No que concerne a idade dos respondentes é possível observar um nível maior de satisfação entre os mais jovens, entretanto, nos itens relacionados ao transporte público e ao ensino fundamental, apresenta uma diferença entre as médias obtidas (Cf. Tab. 12).

Tabela 12 - Média dos Fatores Sociais x Idade dos Respondentes

	Menos de 20	De 20 a 39	40 e mais	Média
Upas	1,69	1,74	1,97	1,77
Transporte Público	2,34	1,99	2,06	2,16
Trânsito da Cidade	2,33	2,48	2,41	2,40
Urbanização	2,49	2,57	2,54	2,53
Lazer e Entretenimento	2,54	2,51	2,33	2,48
Segurança Pública	2,04	2,09	1,95	2,04
Tratamento aos Moradores de Rua	1,73	1,90	1,82	1,81
Ensino Fundamental	3,31	2,84	2,96	3,07
Escolas Municipais	3,14	2,88	2,90	3,00
Escolas Estaduais	2,97	2,71	2,85	2,85
Internet	2,00	1,81	1,92	1,92
Total	2,42	2,32	2,34	2,37

Fonte: Os autores (2019)

Ao relacionar a média dos fatores sociais com a renda dos respondentes, nota-se o nível de satisfação dos respondentes de alta renda superior aos respondentes de baixa renda (Cf. Tab. 13).

Tabela 13 - Média dos Fatores Sociais x Renda dos Respondentes

	Alta Renda	Baixa Renda	Média
Upas	1,86	1,74	1,77
Transporte Público	2,23	2,13	2,16
Trânsito da Cidade	2,66	2,32	2,40
Urbanização	2,77	2,45	2,53
Lazer e Entretenimento	2,69	2,42	2,48
Segurança Pública	2,21	1,99	2,04
Tratamento aos Moradores de Rua	2,03	1,74	1,81
Ensino Fundamental	3,04	3,08	3,07
Escolas Municipais	2,89	3,03	3,00
Escolas Estaduais	2,88	2,84	2,85
Internet	1,89	1,93	1,92
Total	2,47	2,33	2,37

Fonte: Os autores (2019)

3.5 MÉDIA DOS FATORES ECONÔMICOS

Na área econômica foi direcionado aos respondentes, questões voltadas à geração de renda e emprego e incentivos voltados ao turismo, bem como o nível de satisfação referente aos impostos municipais e a economia com os gastos públicos (Cf. Tab. 14).

Tabela 14 - Média dos Fatores Econômicos

	Média	Desvio Padrão
Apoio às Empresas	2,24	1,17
Geração de Empregos	2,22	1,16
Incentivo ao Turismo	2,16	1,22
Geração de Renda Para a População	2,09	1,06
Impostos Municipais	1,90	1,10
Economia nos Gastos Públicos	1,86	1,04
Total	2,08	1,14
Alfa de Cronbach = 0,88		

Fonte: Os autores (2019)

Ao confrontar a média dos fatores econômicos com o sexo dos respondentes, os dados obtidos apontam sistematicamente que o sexo masculino possui uma percepção de satisfação maior (Cf. Tab. 15).

Tabela 15 - Média dos Fatores Econômicos x Sexo dos Respondentes

	Feminino	Masculino	Média
Geração de Empregos	2,11	2,39	2,22
Geração de Renda Para a População	2,03	2,19	2,09
Impostos Municipais	1,83	1,99	1,90
Economia nos Gastos Públicos	1,78	1,98	1,86
Apoio às Empresas	2,15	2,38	2,24
Incentivo ao Turismo	2,07	2,29	2,16
Total	2,00	2,20	2,08

Fonte: Os autores (2019)

Quando confrontado com a idade dos respondentes, percebe-se a maior relação de satisfação do grupo mais velho com os itens de geração de emprego, renda e incentivo ao turismo. Já entre os mais novos, a satisfação está relacionada ao apoio as empresas, impostos e a economia nos gastos públicos (Cf. Tab. 16).

Tabela 16 - Média dos Fatores Econômicos x Idade dos Respondentes

	Menos de 20	De 20 a 39	40 e mais	Média
Geração de Empregos	2,04	2,36	2,36	2,22
Geração de Renda Para a População	2,00	2,15	2,20	2,09
Impostos Municipais	1,93	1,92	1,80	1,90
Economia nos Gastos Públicos	1,90	1,85	1,79	1,86
Apoio às Empresas	2,30	2,18	2,22	2,24
Incentivo ao Turismo	2,16	2,11	2,22	2,16
Total	2,05	2,09	2,10	2,08

Fonte: Os autores (2019)

Ao estabelecer a relação entre a média e renda dos respondentes, é possível identificar uma diferença significativas entre as médias dos respondentes de alta e baixa renda, impactando diretamente nos dados obtidos (Cf. Tab. 17).

Tabela 17 - Média dos Fatores Econômicos x Renda dos Respondentes

	Alta Renda	Baixa Renda	Média
Geração de Empregos	2,59	2,11	2,22
Geração de Renda Para a População	2,42	1,99	2,09
Impostos Municipais	2,13	1,82	1,90
Economia nos Gastos Públicos	2,04	1,80	1,86
Apoio às Empresas	2,48	2,17	2,24
Incentivo ao Turismo	2,41	2,08	2,16
Total	2,34	2,00	2,08

Fonte: Os autores (2019)

3.6 MÉDIA DOS FATORES POLÍTICOS

Com a menor média de satisfação apresentada entre os respondentes, a média dos fatores políticos pode estar relacionada não somente as instabilidades políticas presentes em todo o território nacional, mas também relacionada a itens como saúde e economia nos gastos públicos (Cf. Tab. 18).

Tabela 18 - Média das Avaliações dos Gestores e Legisladores Municipais

	Média	Desvio Padrão
Atuação dos Secretários Municipais	1,93	1,12
Atuação dos Vereadores	1,85	1,05
Atuação do Prefeito	1,78	1,05
Total	1,86	1,07
Alfa de Cronbach = 0,87		

Fonte: Os autores (2019)

A tabela 19 demonstra que o nível de insatisfação política é maior entre os respondentes do sexo feminino (Cf. Tab. 19).

Tabela 19 - Média das Avaliações dos Gestores e Legisladores Municipais x Sexo dos Respondentes

	Feminino	Masculino	Média
Atuação do Prefeito	1,74	1,86	1,78
Atuação dos Vereadores	1,77	1,97	1,85
Atuação dos Secretários Municipais	1,86	2,04	1,93
Total	1,79	1,96	1,86

Fonte: Os autores (2019)

A tabela 20 demonstra que na medida em que aumenta a idade dos respondentes, aumenta a satisfação com a atuação do prefeito, diferente das avaliações voltadas as atuações dos vereadores e secretários municipais que apresentam melhores médias entre os mais jovens (Cf. Tab. 20).

Tabela 20 - Média das Avaliações dos Gestores e Legisladores Municipais x Idade dos Respondentes

	Menos de 20	De 20 a 39	40 e mais	Média
Atuação do Prefeito	1,75	1,73	1,94	1,78
Atuação dos Vereadores	1,95	1,79	1,73	1,85
Atuação dos Secretários Municipais	2,05	1,81	1,88	1,93
Total	1,92	1,78	1,85	1,86

Fonte: Os autores (2019).

Ao confrontar as médias com a renda, é possível estabelecer maior insatisfação com a administração entre aqueles de baixa renda (Cf. Tab. 21).

Tabela 21 - Média das Avaliações dos Gestores e Legisladores Municipais x Renda

	Alta Renda	Baixa Renda	Média
Atuação do Prefeito	2,01	1,72	1,78
Atuação dos Vereadores	2,03	1,79	1,85
Atuação dos Secretários Municipais	2,16	1,86	1,93
Total	2,06	1,79	1,86

Fonte: Os autores (2019)

3.7 MÉDIA DOS FATORES CARACTERÍSTICOS

Ao mensurar quais as percepções dos respondentes quanto a cidade e seus fatores de sustentabilidade, destaca-se positivamente as grandes empresas e o aeroporto da cidade, apresentando elevada média (Cf. Tab. 22).

Tabela 22 - Média Sobre Características de São José dos Pinhais

	Média	Desvio Padrão
Grandes Indústrias	4,33	0,84
Aeroporto	4,27	0,95
Área Gastronômica	3,67	1,04
Turismo	3,60	1,20
Rodovias Que Cruzam a Cidade	3,44	1,25
Lazer e Entretenimento	3,36	1,29
Total	3,78	1,17
Alfa de Cronbach = 0,82		

Fonte: Os autores (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tem por finalidade entender o nível de satisfação e a análise de indicadores de qualidade de vida, relacionando com os resultados, impactos e percepções para a efetividade de ações em mudanças de problemas e fragilidades apontadas pelos respondentes.

Bons indicadores devem apresentar fácil compreensão e ser comunicáveis com os demais para entender melhor as tendências e a formulação de políticas públicas eficiente.

Foram estudadas eventuais diferenças de médias em relação ao sexo, idade e renda dos respondentes. Os resultados demonstraram diferenças significativas apenas para a renda dos respondentes, em que evidencia uma maior insatisfação com os respondentes de baixa renda. Em relação as diferenças entre o sexo e idades não foram significativas para a obtenção das médias dos fatores de avaliação.

Em relação à composição dos indicadores, é possível mensurar qual obteve a maior avaliação e à menor avaliação mediante percepção da população de São José dos Pinhais.

A maior avaliação refere-se à sustentabilidade ambiental, indo de encontro a consolidação de padrões ambientais adequados pelo município, sejam eles individuais ou coletivos. A avaliação de áreas verdes, urbanização e destinação correta do lixo contribuíram positivamente para a obtenção do índice, evidenciando uma insatisfação somente em relação à construção de ciclovias e cuidados com animais de rua.

Seguido pela avaliação referente a sustentabilidade social, que na percepção do padrão de desigualdade aceitável, ao avaliar as ações de redução das desigualdades e ampliação e manutenção dos direitos aos serviços ofertados, considera serviços de educação e entretenimento como aspecto positivo, demonstrando maior insatisfação com a área da saúde.

Com uma avaliação muito próxima, a sustentabilidade econômica apresenta uma avaliação positiva pela iniciativa de apoio às empresas e geração de empregos e aponta insatisfação com a destinação dos impostos municipais e a economia nos gastos públicos, evidenciando a necessidade do desenvolvimento econômico acompanhar a maneira como ocorre à distribuição social do município.

Enfim, a menor avaliação apresentada refere-se à avaliação da atuação dos gestores municipais, onde a população espera maior eficiência nas atuações direcionadas às áreas de segurança e saúde, viabilizando à oferta de serviços que

devem beneficiar toda a população. Apesar disso, a avaliação negativa proporciona a possibilidade de melhoria e algo ainda a ser feito, de acordo com as percepções dos respondentes.

Por fim, é importante ressaltar que a contribuição trazida por este estudo possui limitações para a sua completa avaliação, principalmente quando se tenta verificar a relação à longo prazo, visto que a satisfação do respondente está intrinsecamente relacionado ao sentimento no atual instante. Conclui-se ainda a necessidade de pesquisa futuras para o aprofundamento no assunto ou até mesmo que a pesquisa seja expandida para outros municípios da região metropolitana.

REFERÊNCIAS

- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 10, de 16 de julho de 1852. **Eleva a categoria de vila de São José dos Pinhais a freguesia do mesmo nome**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1852/lei-10-16.07.1852.html>>. Acesso em: 18 nov. 2014.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 jul. 2019.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Programa da qualidade e participação na administração pública**. Brasília: MARE, 1997. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno04.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMMA). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Trad. de Our common future. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2018.
- _____. **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sao-jose-dos-pinhais/panorama>>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- FERNANDES, D. R. Uma contribuição sobre a construção de indicadores e sua importância para a gestão empresarial. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.
- _____. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 384-390.
- LOBATO, A. O. C.; ALMEIDA, G. C. B. **Direito tributário ambiental – tributação ambiental: uma contribuição ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Malheiros, 2005.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1996.
- NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10624/12366>>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- ONU-BR (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- PEREIRA, A. T. **Métodos quantitativos aplicados à Contabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2014.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Lei Municipal nº 3138, de 4 de outubro de 2018. **Institui o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de São José dos Pinhais – SJProspera.**

Paraná. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sao-jose-dos-pinhais/lei-ordinaria/2018/314/3138/lei-ordinaria-n-3138-2018-institui-o-conselho-de-desenvolvimento-economico-do-municipio-de-sao-jose-dos-pinhais-sjprospera>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa:** estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. (Garamond Universitária).

ZARPELON, M. I. **Gestão e Responsabilidade Social:** CM ISO 26.000 sustentabilidade, modelo EWthos e MEG. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.